

EDITORIAL

No *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, documento enquadrador do ensino aprendizagem em Portugal, defende-se *uma visão de escola e um compromisso da escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um guia que enuncia os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva*. Neste documento, a importância das humanidades no contexto da sociedade atual surge em destaque, considerando-se que são as humanidades que *hoje têm de ligar educação, cultura e ciência, saber e saber fazer*. Portanto, um perfil de base humanista que *significa a consideração de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais*.

No entanto, o que se verifica em muitas das nossas escolas é o seguidismo de um modelo de sociedade ultrapassado, assente na produção em massa e no consumo desenfreado, em que os valores humanistas, apesar da retórica em contrário, são desvalorizados e, com eles, a capacidade reflexiva, contextualizada e crítica. *No tempo atual, é por exemplo muito clara a influência dos poderes dominantes em sociedades em que o domínio tecnológico científico e a globalização se acentuam no plano político e económico, no quase endeusamento curricular dos últimos dez anos nas áreas da Matemática e da Língua Materna (seguidos da Língua Inglesa, crescentemente), em detrimento de todo o restante cânon curricular, nomeadamente no domínio da cultura, história, ciência e artes em geral.*¹

Nas humanidades, a História constitui-se, sem dúvida, como a área do conhecimento mais bem colocada para *aceder às complexidades e à diversidade dos comportamentos humanos passados; [porque] possui a capacidade de questionar narrativas diferentes e até opostas; [porque] requer que os argumentos apresentados sejam sustentados por evidências sólidas. Mas, nas escolas, a História apenas pode contribuir desta forma se o que é ensinado, a forma como é ensinado e a qualidade das fontes o permitir. (...) [A] história assume-se como um caso especial, visto que providencia respostas para compreender criticamente o presente, ensinando que qualquer evento do passado deve ser interpretado no seu contexto histórico, de forma a despertar consciência de que as interpretações históricas podem e devem ser debatidas. Os processos de análise e reflexão adquiridos através do estudo da história constituem um padrão de avaliação transferível para qualquer assunto. Daí que o conhecimento e a compreensão históricos aplicados de forma crítica aos sistemas políticos, sociais, culturais e económicos se intersectem com a cultura democrática, necessária para uma cidadania ativa.*² Ora, não se fazem omeletes sem ovos, o que, transposto para o ensino da História, significa que não se conseguem desenvolver todas estas competências sem tempo para a análise e reflexão acima referidas. Daí, a exigência feita pela APH, expressa na petição pública (ver <http://www.aph.pt/>), para o estabelecimento de tempos letivos mínimos para a disciplina de História em todas as escolas de todo o país.

A Direção

Notas:

¹Roldão, M. C. (2015). *Distâncias na educação e no currículo – professores, discurso e escola.*

²*Qualidade da educação histórica no século XXI. Educando para a diversidade e para a democracia: ensinando História na Europa contemporânea. Princípios e linhas orientadoras*, Documento produzido no âmbito do Conselho da Europa.

